

RURAL FAX
SEU BANCO NA
PONTA DOS DEDOS
Banco RURAL

Negócios

& FINANÇAS

ÍNDICE

Acordo do café.....	2
Reajustes salariais.....	3
Informe Econômico.....	3
Nova cédula de CR\$ 1 mil.....	4
FMI.....	5
Negócios.....	6

Não pode ser vendido separadamente

Rio de Janeiro — Sexta-feira, 24 de setembro de 1993

Governo já fechou plano econômico

■ Esboço apresentado ao FMI prevê desindexação, rapidez na privatização, aumento da receita tributária e cortes no orçamento

BRASÍLIA — O plano da equipe econômica para derrubar a inflação e desindexar a economia já está pronto. Pouco antes de embarcar anteontem à noite para Washington, onde vai participar da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird), o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, confirmou que o plano da equipe já está fechado. "Estamos levando para o FMI o esqueleto da desindexação da economia", disse. Desindexar significa que não se vinculará a correção de contratos a qualquer índice de preços.

O anúncio das medidas depende exclusivamente do melhor momento político, a ser definido pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Ele quer ter a maior segurança possível do sucesso de suas propostas, e por isso vem trabalhando para que o ajuste fiscal seja irreversível.

Um assessor do governo informou ontem que a equipe econômica tomará "pelo menos meia dúzia de medidas" nas áreas cambial, monetária e fiscal. Uma parte, destinada a segurar a inflação e avançar no ajuste fiscal, deve ser anunciada ainda em outubro, com vigência imediata — entre as medidas, estará a nova fase do programa de privatização. A segunda etapa conterá propostas a serem analisadas inclusive na revisão constitucional e se destinariam a consolidar o ajuste fiscal e dar a última paulada na inflação.

Aumento de receita — Já está certo que o Ministério da Fazenda tentará ainda este ano



Fritsch: divulgação das medidas vai depender apenas da decisão do ministro Fernando Henrique

aumentar a receita tributária para compensar a suspensão do IPMF — em agosto, o Tesouro Nacional voltou a apresentar um grande déficit. A Receita Federal trabalha com várias alternativas a serem levadas pelo ministro Fernando Henrique ao presidente Itamar Franco que vão do aumento puro e simples de aumentos de alíquotas de impostos a atrativos para que os devedores paguem suas dívidas com rapidez.

Para o ano que vem, a equipe econômica conta com um gran-

de corte no orçamento da União, a ser negociado pelo ministro Fernando Henrique com os deputados e senadores. O mesmo assessor informou que as medidas destinadas a derrubar a inflação e acabar com a indexação da economia passam por mudanças até mesmo na atual lei salarial.

Incentivos — Uma corrente da equipe econômica tem insistido com o ministro Fernando Henrique para que proponha logo no início da revisão constitucional a suspensão temporária

(por uns seis meses) de todos os incentivos fiscais dados pela União e em algumas transferências constitucionais aos estados e municípios.

Isso seria uma espécie de choque fiscal para dar o fôlego necessário ao governo no programa de estabilização da economia, mas teria um grande custo político, uma vez que receberia oposição cerrada de parlamentares, governadores e prefeitos.

Mais FMI na página 5

Fazenda quer cobrar imposto antes

BRASÍLIA — O Ministério da Fazenda poderá reduzir os prazos de apuração e recolhimento de alguns impostos com o objetivo de aumentar a arrecadação a curto prazo.

Além disso, estão sendo estudados os aumentos das alíquotas de impostos como o IPI e o IOF e a redução de isenções e incentivos fiscais para cobrir a perda de receita decorrente da suspensão da cobrança do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). A equipe econômica estuda também a aplicação de novos cortes no orçamento deste ano.

Medidas fiscais — Encomendadas à Receita Federal pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique

Cardoso, a maioria das medidas fiscais em estudo não depende de mudanças na legislação.

O ministro recebeu ontem um pacote de alternativas para aumentar a receita tributária nos próximos meses. Algumas delas só serão utilizadas em último caso, devido a seus efeitos inflacionários.

Alíquota do IOF — A equipe econômica teme, por exemplo, que o aumento da alíquota do IOF provoque o aumento dos juros. Segundo um assessor da Fazenda, a redução do prazo de apuração e de recolhimento de tributos teria um efeito negativo menor sobre os custos das empresas. Esta alternativa depende, porém, de mudanças na Lei 8.383.

Hoje, alguns desses prazos são considerados muito dilatados. No caso do IPI, as empresas têm prazos de apuração entre 15 a 30 dias após o fato gerador.

O pagamento efetivo também pode ser feito, em alguns casos, até o último dia útil do mês posterior ao da apuração. Além disso, ainda há o prazo para o repasse pela rede bancária.

Cortes — Além do aumento da receita, os técnicos do Tesouro Nacional estão trabalhando na criação de alternativas para a realização de novos cortes no orçamento de 1993: há dois meses já haviam sido cortados US\$ 7 bilhões.

O governo esperava arrecar-

dar com o IPMF US\$ 1,7 bilhão até o fim do ano, tendo recolhido cerca de US\$ 300 milhões. Diversos gastos já vinham sendo feitos com base na receita do imposto suspenso.

Despesas — Um assessor do ministro informou que a maior parte das despesas programadas para o restante do ano atende às vinculações, não sendo, por isso, passíveis de cortes.

Só resta praticamente uma alternativa ao governo: cortar gastos com o custeio da máquina administrativa. Ocorre que, mesmo nesse item, as despesas do último trimestre são de difícil manobra porque envolvem o pagamento de bolsistas no Exterior e outros gastos indispensáveis.